

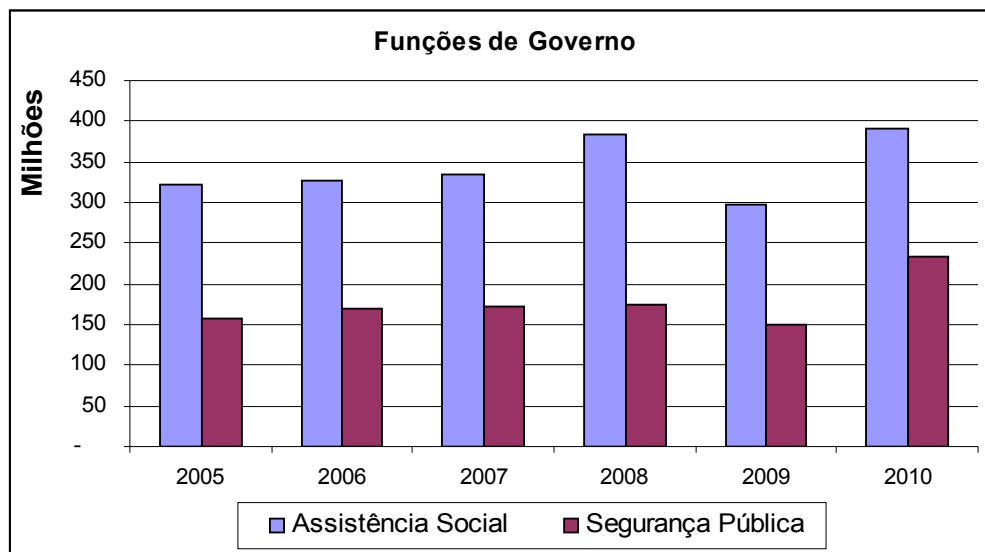
## Mas afinal, segurança pública é apenas questão de polícia?

*"Essas crianças estão nas ruas porque, no Brasil, ser pobre é estar condenado à marginalidade. Estão nas ruas porque suas famílias foram destruídas. Estão nas ruas porque nos omitimos. Estão nas ruas, e estão sendo assassinadas."*  
Betinho, (1992)

O ano de 2009 foi marcado pela troca de mandatos das prefeituras municipais. No caso do Rio de Janeiro, o novo prefeito eleito revelou novas prioridades na governança da cidade fazendo do exercício passado o ano do Choque de Ordem. Sendo assim, a fim de abraçar o tema atualmente em voga na nossa política municipal, nossa edição deste mês dirá respeito à Segurança Pública.

No entanto, entendemos Segurança Pública como mais que apenas uma política de segurança a fim de garantir a ordem. Consideramos fundamental o papel da Assistência Social na garantia dos direitos de todos como parte desse projeto de dar seguridade à população. Portanto, trataremos ambas as funções do governo conjuntamente nesta edição.

Observando as funções de governo expostas na peça orçamentária, e levando em consideração a projeção realizada pelo FPO-RJ, identificamos queda de 6,5% na execução das despesas em 2009 da Prefeitura como um todo. As Funções Assistência Social e Segurança Pública demonstraram uma redução nos gastos ainda maior (-22,5% e -14% respectivamente – Vide Gráfico 1) revelando que em situação de crise e corte de despesas, a seguridade da população se revela um fator de menor relevância à Prefeitura do que a dívida pública, por exemplo, cujos dispêndios destinados aumentaram 3%.



O Projeto de Lei Orçamentária de 2010 revela que a baixa execução de tais despesas se deu por motivos atípicos e não revela uma tendência de queda nestes gastos. O valor previsto para este ano, em ambos os casos, supera não só o valor efetivamente liquidado no exercício passado como também o que fora estimado para 2009, chegando no caso da Assistência a quase R\$391 milhões e da Segurança Pública aproximadamente à R\$232 milhões.

Devemos lembrar que Segurança Pública é uma competência do governo do Estado. No município tais gastos dizem respeito somente à conservação do patrimônio público, ou seja, a Guarda Municipal, ou seja, o Choque de Ordem do Eduardo Paes. Sendo assim, discriminamos os gastos do Governo Estadual na Nota anexa ao texto.

## Projetos e Iniciativas Estratégicas - Segurança Pública

Para o exercício de 2010 contamos não só com a Lei Orçamentária para pautar nossa análise, mas também com o Plano Plurianual (PPA) do novo governo, que traduz orçamentariamente o Rio de Janeiro que o atual prefeito pretende entregar ao fim de seu mandato.

As iniciativas estratégicas discriminadas no PPA foram classificadas como de Ordem Pública e são as seguintes:

- **Ações de ordenamento**, cujo objetivo é o de reestruturar e modernizar os órgãos de fiscalização e monitoramento da ordem pública, tendo como meta a ser alcançada até 2013, a redução de 5% das áreas ocupadas por favelas, a ordenação do espaço público e a fiscalização das atividades econômicas de modo a identificar atividades ainda não licenciadas buscando a formalização de 60% dos trabalhadores cariocas. O programa conta com R\$3,6 milhões para os quatro anos (2010-2013).
- **Modernização da Guarda Municipal** através do aumento de efetivo, melhoria de sua infraestrutura e de seus equipamentos para que esta possa aumentar sua eficiência e capacidade de atuação nas ações de ordenamento do espaço público, atuação em microrregiões através das 15 inspetorias espalhadas pela cidade e policiamento dos principais corredores turísticos da cidade. O programa conta com mais de R\$23 milhões para os mesmos quatro anos.
- **Implantação de câmeras de vigilância** nos principais pontos turísticos da cidade e pontos com grande incidência de delitos através de um convênio de mais de R\$48 milhões com o governo federal – Pronasci.
- **Implantação dos Corredores de Segurança Turísticos** que conta com R\$5,92 milhões para garantir o policiamento dos principais corredores turísticos da cidade pela Guarda Municipal.

Devemos ressaltar que as três últimas iniciativas estratégicas são vinculadas ao projeto olímpico da cidade do Rio. Outro destaque relevante é o projeto em parceria com o governo federal acima mencionado, o **Pronasci** - Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, cujo objetivo é resgatar a cidadania no combate à criminalidade e à exclusão social no Rio de Janeiro. O projeto é dividido em dois: *atividades diretas* - projetos mulher e aluna da paz, a implantação do núcleo de justiça comunitária e da unidade saúde da família, ações de inclusão social, cultural e digital, dentre outros diversos produtos; e *atividades indiretas* – capacitação de 180 profissionais de segurança por ano, implementação do Plano Municipal de Segurança, dentre outras atividades.

Visualizamos no orçamento de 2010, duas importantes alterações na estrutura da Prefeitura no que diz respeito à Segurança Pública municipal: a extinção da Empresa Municipal de Vigilância com a criação da autarquia da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, visando reestruturar o serviço de policiamento oferecido pelo município, e a criação da Secretaria Especial de Ordem Pública, conduzida pelo aclamado xerife do Rio - Rodrigo Bethlem, responsável pela implantação do Disque Ordem 153, que funciona como o principal canal de comunicação entre a Prefeitura e a população no

atendimento de denúncias sobre problemas que atrapalham o dia a dia da população, ou seja, que dizem respeito ao Choque de Ordem.

Enfim, observamos que a ordem e políticas de segurança são de fato prioridades do governo Eduardo Paes. Mas e a seguridade do cidadão? Será que os direitos básicos humanos também estão sendo defendidos com pulso firme?

### **Projetos e Metas – Assistência Social**

Em 2009, uma das ações com boa execução (97%) em termos dos gastos que estavam previstos para sua realização (R\$ 15 mil), e que diz respeito à temática da segurança pública dentro da assistência social foi o Projeto Penas Alternativas, projeto definido em lei federal de 1998.

Matéria também de segurança pública, a exclusão social merece atenção especial, tornando necessária a existência de esforços contínuos na elaboração e execução de programas para a proteção social. O ProJovem - Programa Nacional de Inclusão do Jovem, por exemplo, é um projeto que surge por iniciativa do governo federal mas conta com o apoio dos municípios para a sua realização. Essa articulação, no entanto, não tem se mostrado exitosa - em 2009 apenas 27% da dotação foi liquidada.

Para os próximos quatro anos estão previstas metas de provisão de assistência aos grupos pauperizados. O PPA prevê dobrar a cobertura do Programa Bolsa Família e capacitar 30 mil jovens de famílias cadastradas no Programa até 2013.

Também está prevista a ampliação da proteção especial (atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social) através da criação de mais quatro unidades de Centros de Referência Especializado de Assistência Social, além dos nove já existentes, em locais estratégicos da cidade, buscando a descentralização e focalização na prestação de assistência.

A intenção central proclamada no PPA é reduzir em pelo menos 15% a população carioca que se encontra abaixo da linha de indigência até o final de 2013. De acordo com os dados da PNAD, o percentual da população municipal com renda per capita até 1/4 do salário mínimo era de 3,2% em 2007.

### **Assistência Social e Segurança Pública**

Em julho de 2009 foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência Livre de Segurança Pública sob coordenação dos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social. Neste evento os profissionais das áreas e representantes de movimentos sociais presentes apontaram os princípios e diretrizes necessários à construção de uma nova política pública de segurança.

Dentre as diretrizes, foram elencadas a formação permanente do ponto de vista político, ético e técnico das equipes de segurança, e a ampliação dos quadros profissionais incluindo os próprios psicólogos e assistentes sociais, de modo a fazer cumprir os direitos humanos daqueles que cumprem as penas e, mesmo, propor soluções alternativas ao cárcere. A atuação na redução das vulnerabilidades sociais, com o foco na comunidade, na família e no indivíduo também é vista como fator de prevenção da violência.

Como se vê, a gestão da segurança passa pela participação da sociedade civil e à esfera federativa municipal compete estar sempre atenta às especificidades da sua população e articular as diversas políticas sociais no sentido da redução dos conflitos.

## NOTA SOBRE O ESTADO

A função Segurança Pública é a quarta maior do orçamento estadual representando, na PLOA 2010, 9,2% da despesa total. Após seu comportamento crescente entre 2005 e 2008, alcançando o montante de R\$5,2 bilhões no último ano, tivemos em 2009 a previsão de R\$4,2 bilhões - 20% menor que a do ano anterior. Até o início de dezembro, 79% desta previsão havia sido executada. Para 2010, vemos que este novo patamar se perpetua, uma vez que a previsão aumenta apenas 2% em relação à de 2009.

Já as funções Assistência Social e Direitos da Cidadania representam um baixo peso no orçamento fluminense: apenas 0,5% em 2010. Destacamos a redução de 5% da previsão da Assistência em 2010 ficando na faixa dos R\$250 milhões. Também observamos uma média de execução no período 2005-2008 de 74%, próxima à verificada até meados de dezembro de 2009 (72%). A função Direitos da Cidadania, apesar de ter sua previsão maior que a verificada em 2009, sofreu redução de 9% se comparada à média prevista entre 2005 e 2009, montando a R\$210 milhões.

## DESTAQUES DA LOA 2010

### **POSITIVO:**

Assim como o PPA 2010-2013, a LOA 2010 conta com mais informação sobre as metas e produtos a serem alcançados por meio de políticas públicas. Embora esteja longe do desejável, é um avanço significativo.

### **NEGATIVO:**

O primeiro orçamento elaborado pelo novo governo copia o que teve de pior nas gestões antecessoras – a aviltante margem de remanejamento em 30% do valor total orçado.

Parece contraditório que um mesmo governo aumente a quantidade de informação e, ao mesmo tempo dificulte o acompanhamento/fiscalização da execução orçamentária, mas não é. Quantidade de informação não significa qualidade. Aliás, esta é uma tendência na questão orçamentária: aumenta-se a quantidade para se impedir a qualidade. Hoje, sem dúvida, há mais quantidade de informação disponível, porém a forma como é apresentada aliada ao remanejamento na execução dificultam o acompanhamento e a fiscalização cidadã.

### **BOX**

*Coordenação: Cons. Ruth Espínola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes.*

*Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudantes de Economia: Camila Callegario, Izabel Barbosa Lima e João Paulo de Oliveira*

*Consultor: Thiago Marques – assessor do vereador Paulo Pinheiro*

*Correio eletrônico: [fporiodejaneiro@gmail.com](mailto:fporiodejaneiro@gmail.com)*

*- O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos, no auditório do*

*Corecon-RJ. O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal: <http://www.coreconrj.org.br/fporj.asp>*